

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS DAS PROFESSORAS DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES: CHALLENGES FOR TEACHERS IN MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOMS

SERVICIOS EDUCATIVOS ESPECIALIZADOS: DESAFÍOS PARA LOS DOCENTES EN LAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONALES

Heloiza Paiva Silva¹ <https://orcid.org/0009-0007-5634-8523>
Jeanderson de Jesus Albuquerque² <https://orcid.org/0009-0003-3525-6946>
Cristina Silva dos Santos³ <https://orcid.org/0000-0002-3205-0278>

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Itapetinga, Bahia, Brasil; heloizapaiva5@gmail.com

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Itapetinga, Bahia, Brasil; jeanderson.fono@yahoo.com.br

³ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Itapetinga, Bahia, Brasil; cristinasantos@uesb.edu.br

RESUMO: Este artigo visa analisar os desafios enfrentados por professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para atender as demandas educacionais do público da educação especial em escolas públicas. Mais especificamente: identificar as leis que fomentam as diretrizes para funcionamento das salas de recursos multifuncionais; conhecer como as relações entre os profissionais do SRM e professores do ensino regular são estabelecidas; refletir sobre os desafios para funcionamento das SRM e em seus diversos turnos no ensino regular do município de Itapetinga-BA. As SRM são espaços instituídos nas escolas públicas brasileiras para atender ao direito universal à educação aos que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). É um serviço recente e pouco conhecido nacionalmente; por isso, é permeado de nuances e desafios que somente as docentes executantes conseguem externar. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, adotando, para produção de dados, a aplicação do questionário. Foram participantes desta investigação, três professoras atuantes no município, duas no diurno e uma no noturno. Os resultados demonstraram que os desafios são reais, distintos e numerosos e que carecem de urgência para resolução desta problemática a fim de se ter uma atuação digna e que faça valer os direitos educacionais dos alunos da educação especial. Por outro lado, percebe-se que esses profissionais docentes “se desdobram” para dar conta das lacunas que permeiam sua atuação no AEE.

Palavras-chave: Salas de Recursos Multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado; Educação Especial.

ABSTRACT: This article aims to analyze the challenges faced by teachers in Multifunctional Resource Rooms (MRRs) in meeting the educational demands of the special education

population in public schools. More specifically: to identify the laws that foster the guidelines for the operation of multifunctional resource rooms; to understand how the relationships between MRR professionals and regular education teachers are established; to reflect on the challenges for the operation of MRRs and their various shifts in regular education in the municipality of Itapetinga-BA. MRRs are spaces established in Brazilian public schools to fulfill the universal right to education for those with disabilities, global developmental disorders, high abilities, or giftedness, through Specialized Educational Services (SES). It is a recent service and little known nationally; therefore, it is permeated by nuances and challenges that only the implementing teachers can express. This research employs a qualitative approach, using a questionnaire for data collection. Three teachers working in the municipality participated in this investigation, two in the daytime and one in the nighttime. The results demonstrated that the challenges are real, distinct, and numerous, and that urgent solutions are needed to ensure dignified performance and uphold the educational rights of special education students. On the other hand, it is clear that these teaching professionals are "going to great lengths" to address the gaps that permeate their work in Special Education Services.

Keywords: Multifunctional Resource Rooms; Specialized Educational Services; Special Education.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar los desafíos que enfrentan los docentes en Salas de Recursos Multifuncionales (SRM) para satisfacer las demandas educativas de la población de educación especial en escuelas públicas. Más específicamente: identificar las leyes que promueven las directrices para el funcionamiento de las salas de recursos multifuncionales; comprender cómo se establecen las relaciones entre los profesionales de SRM y los docentes de educación regular; reflexionar sobre los desafíos para el funcionamiento de las SRM y sus diversos cambios en la educación regular en el municipio de Itapetinga-BA. Las SRM son espacios establecidos en las escuelas públicas brasileñas para cumplir con el derecho universal a la educación para las personas con discapacidad, trastornos globales del desarrollo, altas capacidades o superdotación, a través de Servicios Educativos Especializados (SES). Es un servicio reciente y poco conocido a nivel nacional; por lo tanto, está permeado de matices y desafíos que solo los docentes implementadores pueden expresar. Esta investigación emplea un enfoque cualitativo mediante un cuestionario para la recopilación de datos. Participaron tres docentes del municipio, dos en el horario diurno y uno en el nocturno. Los resultados demostraron que los desafíos son reales, específicos y numerosos, y que se necesitan soluciones urgentes para garantizar un desempeño digno y defender los derechos educativos del alumnado de educación especial. Por otro lado, es evidente que estos profesionales docentes están haciendo un gran esfuerzo para abordar las deficiencias que permean su labor en los Servicios de Educación Especial.

Palabras clave: Salas de Recursos Multifuncionales; Servicios Educativos Especializados; Educación Especial.

Introdução

As pessoas com deficiências fazem parte de uma história marcada por uma sociedade excludente, que as viam, desde períodos mais remotos, como pessoas incapazes de aprender e conviver com os demais e assim ficavam trancadas em casa, privadas do efetivo egresso nas

escolas e atividades coletivas comunitárias. A busca por uma educação inclusiva e de qualidade exige um compromisso com a mudança de paradigmas e a construção de um sistema educacional que atenda às necessidades e potencialidades de todos os estudantes.

Com a instituição da Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (LBI), Lei 13.146, de 2015, as pessoas com deficiência passam a ser asseguradas em condições de igualdade e de exercício dos seus direitos, garantindo assim sua inclusão social e cidadã. Ao ingressarem no ensino regular surge então a necessidade de um atendimento educacional especializado, personalizado para que os alunos tenham suporte necessário para que a inclusão aconteça efetivamente.

A LBI, Lei nº 13.146/2015, estabelece diretrizes e garantias para promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida, incluindo a educação. Ela assegura o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino, possibilitando que as pessoas com deficiência possam ter acesso à escola regular e a um ensino de qualidade.

Já o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de serviço da Educação Especial, previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O AEE visa complementar ou suplementar a formação dos estudantes com deficiência e a sua participação nos processos de ensino e aprendizagem. Ele deve ser oferecido de forma complementar ao ensino regular, de acordo com as necessidades individuais de cada aluno, visando garantir o seu pleno desenvolvimento educacional. Portanto, a LBI e o AEE estão interligados no sentido de garantir o acesso, a permanência e o sucesso da pessoa com deficiência na escola e na sociedade, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

O AEE é destinado a atender alunos de todas as etapas do ensino básico e ensino superior, devendo ser ofertado prioritariamente aos alunos matriculados na rede pública e privada. O atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) deve ser pensado para complementar ou suplementar as demandas particulares dos alunos que forem atendidos.

Nas SRM, os estudantes têm acesso a um atendimento especializado, voltado para atender suas necessidades específicas em termos educacionais. Professores especializados, como os professores de Atendimento Educacional Especializado, atuam nessas salas oferecendo atividades e estratégias pedagógicas diferenciadas, de acordo com o perfil de cada aluno. Além disso, as Salas de Recursos Multifuncionais também funcionam como um espaço de apoio aos professores da escola regular, proporcionando orientação e recursos para que possam atender adequadamente os estudantes com deficiência em suas turmas.

As SRM devem ofertar atendimento no turno oposto ao do estudante, pois é importante ressaltar que o acompanhamento realizado não substitui as atividades pedagógicas da sala de aula regular, sendo necessário que haja um diálogo com a professora da sala e a de AEE. O acompanhamento na sala de AEE não complementa o que é ensinado na sala de aula, mas prioriza atividades pedagógicas e interventivas, com tecnologias assistivas personalizadas para o público matriculado em escolas regulares públicas e privadas. Vale salientar que o trabalho a ser desenvolvido nas salas de recursos são compreendidos como complemento e, ou suplemento e não devem ser vistos como reforço escolar. As salas de AEE têm como objetivo precípua atender sujeitos e as dificuldades que eles apresentam no processo de ensino e aprendizagem de modo a tornar os percursos a serem percorridos pelos alunos de forma autônoma e independente dentro e fora das escolas.

Desta forma, surgem as inquietações que se transformaram em problemática desta pesquisa: Como os professores das Salas de Recursos Multifuncionais atuam diante dos desafios apresentados da educação especial nas escolas públicas regulares no município de Itapetinga-BA? Assim, foi traçado como objetivo deste trabalho analisar os desafios enfrentados por professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para atender as demandas educacionais do público da educação especial em escolas públicas regulares. Mais especificamente, identificar as leis que fomentam as diretrizes para funcionamento das salas de recursos multifuncionais; conhecer como as relações entre os profissionais da SRM e professores do ensino regular são estabelecidas; refletir sobre os desafios para funcionamento das SRMs e em seus diversos turnos no ensino regular do município de Itapetinga-BA.

As Salas de Recursos Multifuncionais nas Escolas Regulares

A educação inclusiva é um direito de todo sujeito, matriculados na rede pública e privada, de modo a garantir o acesso a todas as atividades que serão desenvolvidas, assegurando assim a participação efetiva dos alunos sem discriminação e com engajamento com base na igualdade de oportunidades.

Para que as crianças, adolescentes e jovens matriculados na rede pública e privada tenham garantia de acesso e direitos legais foi regulamentado pelo Decreto nº 7.611/2011, pela Resolução nº 4/2009 do CNE e pelo art. 28, inciso VII, da Lei nº 13.146/2015, a inserção das salas de AEE nas escolas, para que possam reduzir, minimizar as barreiras que impedem os alunos de avançar, por meio de recursos diversificados e que contemplem as dificuldades

apresentadas pelos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e outras deficiências.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 no artigo 4, inciso III, ressalta que o Estado deve ofertar e garantir que o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na escola pública regular de ensino” (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Este atendimento especializado está assegurado na lei a todos os estudantes que sofrem com alguma deficiência/transtorno e altas habilidades, em salas especializadas, no espaço escolar ou serviços de atendimento especializados desde a educação infantil, assim relatado nos parágrafos abaixo:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (Brasil, 1996).

Para desenvolver esse trabalho, nas SRM o profissional precisa ser qualificado de modo a atender as demandas dos estudantes com deficiências, transtornos, altas habilidades nas salas de AEE, assegurado na LDB/96, artigo 59, inciso III, que os profissionais precisam ser especializados na área para assim integrar os estudantes nas salas comuns. O mesmo inciso trata da formação continuada dos professores das salas de AEE para assim atuarem de forma alinhada com os professores das salas regulares (Brasil, 1996). Portanto, ter uma formação sólida, experiência prática, capacitação em AEE e tecnologias assistivas, habilidades de comunicação e atualização constante são aspectos fundamentais para atuar de forma qualificada na Sala de Recursos Multifuncionais.

Para que os alunos sejam atendidos de maneira adequada e eficiente conforme as inúmeras deficiências, as escolas precisam comportar salas equipadas com recursos e material humano suficiente e preparadas para atender as demandas dos estudantes deficientes que estão inseridos nas salas de aulas regulares. As salas de recursos multifuncionais são uma necessidade para que o trabalho a ser desenvolvido seja efetivo. A escola regular precisa do suporte das salas de recursos multifuncionais conforme Oliveira, Gotti e Dutra (2006, p. 13):

[...] salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de

aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

Diante do exposto faz-se necessário realizar o atendimento educacional especializado levando em consideração as necessidades de aprendizagens dos alunos, observando especialmente as habilidades que não foram bem desenvolvidas para que seja de fato um suporte para a inserção desses alunos nas salas de aulas regulares.

As salas de recursos multifuncionais são amparadas pela legislação conforme a Política Nacional de Educação Especial que tem por objetivos proporcionar aos estudantes o atendimento educacional especializado, formação dos professores e integração familiar. Para contemplar o que é exigido pela legislação que rege a educação inclusiva, nas salas de recursos multifuncionais, as escolas têm buscado se adaptar para dá todo o apoio necessário às crianças com transtorno do desenvolvimento, neurodivergentes, dificuldades de aprendizagem, dentre outras deficiências assegurando assim a inserção nas salas regulares mediante oferta do atendimento em AEE. Para Omote (2004 *apud* Pasian; Mendes; Cia, 2014, p. 218):

[...] a mera inserção do aluno deficiente em classe comum não pode ser confundida com a inclusão. Na verdade, toda a escola precisa ter caráter inclusivo nas suas características e no funcionamento para que sejam matriculados alunos deficientes e sejam acolhidos. Uma escola que só busca arranjo especial determinado pela presença de algum aluno deficiente e na qual a adequação é feita para as necessidades particulares dele não pode ser considerada propriamente inclusiva.

É importante ressaltar que todos os estudantes que não estiverem aptos a estudar de forma autônoma, e, ou, que não acompanha a turma, podem ser inseridos nos atendimentos especializados para que possam obter o acompanhamento específico conforme as demandas que apresentam.

Após observar a defasagem das crianças, quais áreas precisam ser estimuladas, quais competências e habilidades precisam ser desenvolvidas, as intervenções da professora de AEE precisam ser planejadas para trabalhar pautada nas necessidades dos estudantes. Dialogar com o/a professor/a da sala de aula regular, família, é imprescindível para que haja evolução no percurso pedagógico dos alunos atendidos.

A relação entre o/a professor/a da SRM e o/a professor/a da sala regular

O atendimento educacional especializado ocorre em parceria direta com o/a professor/a da sala regular, pois toda ação para atendimento parte da observância do/a professor/a da sala regular, que ao longo das atividades realizadas consegue perceber como os alunos interagem nas atividades propostas e como dão respostas frente ao percurso da aprendizagem.

O acompanhamento do estudante é imprescindível para entender seus percursos, avanços e prejuízos e assim personalizar o atendimento nas salas de recursos multifuncionais pelo/a professor/a de AEE que será de extrema relevância para as intervenções e para além proporcionar os avanços dos alunos a cada atendimento.

Atualmente faz-se necessário ressaltar que muitas escolas não têm conseguido observar de maneira adequada quais são os alunos que precisam de atendimento nas salas regulares, encaminhando alunos para atendimento sem observar as reais necessidades deles. Assim, o AEE tem sido muito confundido com sala de reforço escolar, descaracterizando os serviços que ali são ofertados. As salas de AEE tem como objetivo precípua atender sujeitos e as dificuldades que eles apresentam no processo de ensino e aprendizagem de modo a tornar os percursos a serem percorridos pelos alunos de forma autônoma e independente dentro e fora das escolas.

Ainda é comum escutar que as crianças aprendem no seu tempo e não é real, pois o que deve ser observado precisa está atrelado às áreas do conhecimento dos alunos nas suas respectivas idades e as respostas para cada área precisam corresponder ao desenvolvimento cognitivo da criança, caso contrário precisa ser encaminhado para um atendimento específico e assim observado para saber o que está ocorrendo. Assim, os pesquisadores sobre o desenvolvimento humano ressaltam que:

O crescimento do corpo e do cérebro, as capacidades sensoriais, as habilidades motoras e a saúde fazem parte do desenvolvimento físico, Aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade compõem o desenvolvimento cognitivo. Emoções, personalidade e relações sociais são aspectos do desenvolvimento psicossocial (Papalia; Feldman, 2013, p. 37).

Situações como essas, nas fases do desenvolvimento da infância, da criança, se forem negligenciadas, ou não observadas pelas famílias e escolas, podem acarretar problemas que interferem diretamente no desempenho das crianças, adolescentes, jovens e propagando até a fase adulta. Cada vez mais é possível observar estudantes com dificuldades e prejuízos que ficam difíceis de serem minimizados ao longo da vida adulta. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é comum esse público apresentar deficiências, transtornos, defasagens, e a

maioria não consegue atendimento educacional especializado. Chegam a essa fase com perdas significativas, muitas vezes dificultando o percurso da aprendizagem dos estudantes.

Atendimento Educacional Especializado e a marginalização do público da EJA frente a esse direito

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que dá acesso ao estudante que não conseguiu concluir ou estudar na idade adequada, possibilitando o ingresso deles na escola. O público atendido na EJA tem diversificado bastante, pois não atende mais somente os jovens e adultos, mas também alunos que por alguma razão não conseguiu continuar os estudos no turno diurno, sendo assim transferidos para o noturno.

A EJA, de acordo com o Art. 37 da LDBEN (Lei nº 9.394/96), é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria. O §1º desse artigo afirma que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (Brasil, 1996).

Como em qualquer etapa escolar, muitos alunos da EJA chegam à escola a cada ano com inúmeras defasagens, e para além da necessidade que têm de socializar, aprender a ler e escrever, outras dificuldades surgem na vida desses estudantes como a indisposição devido às demandas cotidianas, sejam de trabalho ou domésticas. Outras situações vão tomando forma na EJA e que levam os alunos a se questionarem: “por que eu aprendo hoje e esqueço amanhã”? “Eu não consigo ler as letras”, “troco todas”, dentre outros questionamentos que vão se formando, dificultando assim a permanência desses estudantes no âmbito escolar.

Nessa perspectiva, Moacir Gadotti (2008, p. 31) ressalta que:

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adultos analfabeto é fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego.

Para além das dificuldades acima citadas, outras são percebidas e a EJA continua no cenário da marginalização, pois os alunos que de certa forma não obtém o sucesso desejado no turno diurno, são transferidos para o noturno, e, muitos, por sua vez, também são matriculados no noturno porque já precisam ajudar nas despesas de casa e trabalham no turno diurno.

O público é bastante diferenciado, e em sua grande maioria não estão alfabetizados, apresentando significativas defasagens em conteúdos elementares impossibilitando que esteja no mesmo nível de aprendizagem dos demais. Os alunos evidenciam que o desejo em estar na escola é para aprender a ler e escrever, direito constitucional assegurado aos cidadãos.

Paulo Freire (1996) qualifica a alfabetização como um processo necessário para que o aluno letrado possa exercer a cidadania.

A aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global (Freire, 1996, p. 59).

Os atendimentos no espaço do AEE para alunos matriculados na EJA, amparam-se na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) a fim de promover a ampliação de conhecimentos, métodos e processos na escolarização das pessoas com deficiência e o AEE é um serviço da educação especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, [...] considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008, p. 16). Assim, a o atendimento educacional especializado que tem por objetivo reduzir as dificuldades apresentadas ao longo da vida estudantil não comporta e não dá o suporte necessário por falta de estrutura e sala adequada, sobretudo no noturno. O atendimento educacional especializado precisa acontecer em todas as escolas, haja vista a necessidade dos alunos matriculados na rede de ensino do município.

De acordo com Anjos (2011, p. 4, 5):

As salas de recursos multifuncionais fazem parte da ação do MEC, sendo desenvolvida com os estados e municípios, constituindo-se em um espaço para atendimento educacional especializado (AEE), tendo como objetivo oferecer suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais, favorecendo seu acesso ao conhecimento, possibilitando o desenvolvimento de algumas competências e habilidades próprias.

Os alunos do noturno são em sua maioria, adultos, idosos que já passaram a sua vida nas salas de aula regulares, sem o apoio necessário para se autoconhecer, suas defasagens possíveis transtornos, deficiências, o que leva a questionar o porquê de não conseguem aprender, ficando assim à margem das oportunidades e possíveis avanços que poderiam ter. Quando percebem que não estão tendo o resultado esperado desistem, pois já vem cansados para a escola, o que desestimula a está na aula.

METODOLOGIA

A pesquisa a que se refere este trabalho foi de natureza aplicada, possuindo caráter descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa (Gil, 2002), a fim de analisar os desafios enfrentados por professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para atender as demandas educacionais do público da educação especial em escolas públicas. Mais especificamente: identificar as leis que fomentam as diretrizes para funcionamento das salas de recursos multifuncionais; conhecer como as relações entre os profissionais do SRM e professores do ensino regular são estabelecidas; refletir sobre os desafios para funcionamento das SRM e em seus diversos turnos no ensino regular do município de Itapetinga-BA.

Para maior compreensão das demandas apresentadas nas Salas de Recursos Multifuncionais das escolas públicas municipais de Itapetinga-BA, foram selecionadas professoras que atuavam na SRM de duas instituições de ensino. A partir daí fomos construindo e elencadas as demandas com o intuito de conhecer os principais desafios dos professores em sua prática pedagógica nas salas de recursos multifuncionais no atendimento de seus alunos.

As participantes da pesquisa foram três professoras das SRM, duas do diurno e uma do noturno, que aceitaram, espontaneamente, participar da pesquisa. Elas responderam a um questionário, aplicado no de 2025, com perguntas abertas e fechadas. Com o intuito de manter o sigilo da identidade das professoras participantes, foram elencadas por letras do alfabeto, seguindo a ordem correspondente do alfabeto.

Após produção dos dados estes foram analisados por categorias, de forma a se obter respostas similares e discrepantes que contribuiriam para compreender a problemática da pesquisa e encontrar soluções para o possível problema levantado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui serão apresentados os principais desafios de três professoras das SRM, para atender as necessidades educacionais do público da educação especial no município de Itapetinga-BA. Nesse contexto, as falas das entrevistadas foram selecionadas criteriosamente e agrupados em três categorias: a) As Salas de Recursos Multifuncionais, formação pedagógica das professoras de AEE e o suporte da equipe multidisciplinar para potencializar a aprendizagem dos alunos; b) O Atendimento Educacional Especializado e o desenvolvimento do sujeito; c) Os desafios das professoras de AEE frente à construção e execução do PEI para realizar um trabalho assertivo e dialogado com as reais necessidades dos estudantes nas escolas municipais de Itapetinga.

Perspectivas quanto a formação pedagógica e o suporte da equipe multidisciplinar

Os professores das SRM do município executam atividades diariamente nas escolas da rede municipal, atendendo alunos independente da deficiência, e, ou transtornos, com forma de fazer valer a legislação. Também dão apoio ao professor da sala regular, que mediante a quantidade de alunos não conseguem acompanhar os alunos, público da Educação Especial.

As poucas instituições de ensino, duas, que não ofertam esse serviço especializado por falta de espaço nas escolas para organização das salas de recursos, os estudantes são atendidos no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) que conta com quatro professoras de AEE, fonoaudiólogo, psicólogos, psicopedagogos clínicos e assistente social.

As Salas de Recursos Multifuncionais tornam-se o espaço mais procurado nas instituições de ensino da rede municipal, pois os alunos são atendidos de modo personalizado, conforme as particularidades que apresentam, mas as lacunas ainda são grandes, pois apenas a professora de AEE, na maioria das vezes, sozinha não consegue atingir os objetivos. Observa-se a necessidade da equipe multidisciplinar estar junto, na SRM para que o atendimento pudesse ser o mais adequado possível.

Para melhor entender os desafios a que são submetidas, as professoras de AEE, nas salas de recursos multifuncionais, foram submetidas a uma entrevista. Importante que os pontos chaves de cada resposta obtida estará na ordem alfabética para sinalizar as três professoras pesquisadas A e B trabalham no AEE no turno diurno e C no noturno. Ao serem questionadas a respeito da formação pedagógica para atender nas salas de recursos multifuncionais, responderam:

Professora A: professora pedagoga, psicopedagoga institucional e clínica, tempo de prática inclusiva mais ou menos 10 anos.

Professora B: Eu sou graduada em Letras e tenho especialização em neuropsicopedagogia e educação especial inclusiva. E estou concluindo a especialização em atendimento educacional especializado. E estou como professora de AEE há três anos apenas. A lei exige que tenha pedagogia ou alguma licenciatura e uma formação continuada, uma especialização, por exemplo, em área de educação especial, com práticas ou ações voltadas para o atendimento educacional especializado.

Professora C: Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação Infantil, Especialista em AEE e Educação Especial. Estou na sala de recursos multifuncionais, noturno, há dois anos.

A partir das respostas obtidas, todas as professoras em análise estão com relação à formação mínima adequada a requisitada pela Legislação que rege o atendimento educacional especializado na Educação Básica na qual destaca que “para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na Educação Especial, inicial ou continuada” (Brasil, 2008, p. 4).

De acordo com Silva (2023, p. 4) explicita que:

Para o professor que está à frente da sala de atendimento educacional especializado é necessário à busca pelos recursos necessários ao atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais, visto que a cada momento a escola recebe alunos com diferentes necessidades especiais, forçando assim uma busca por mais formações e especializações para melhor desenvolver suas atividades a frente da sala de recursos multifuncionais.

A formação pedagógica e continuada não deve ser ofertada apenas pelo município, pois toda formação perpassa também pela busca individual do profissional para que as suas práticas sejam de fato aprimoradas conforme as necessidades da execução e desempenho do seu trabalho. Sobre as atividades desenvolvidas nas salas de recursos multifuncionais, assim responderam:

Professora A: Tem um espaço montado para atender, é mobiliado com recursos didáticos, embora não atenda todas as demandas.

Professora B: Sim, na escola do município tem a sala de recursos e atende alunos no matutino, no vespertino e no noturno. E eu trabalho no matutino e vespertino.

Professora C: Na escola em que trabalho não tem uma sala de recursos multifuncionais, não existe nenhum equipamento para subsidiar o atendimento, não tenho recursos disponíveis, impressões coloridas para dá o suporte necessário aos meus alunos. Todo o material utilizado foi adquirido com recursos próprios, desde a impressão em minha casa, plastificação e jogos pedagógicos para intervenção. Muitas vezes os alunos vão para o suporte na alfabetização, uma vez que desejam aprender a ler e escrever e os professores das salas regulares não conseguem atender a diversidade de alunos numa sala de aula só. O atendimento é realizado numa sala de aula vazia. Apenas as cadeiras e um quadro não utilizado.

A partir das informações adquiridas pelas professoras entrevistadas, notamos que nem todas estão com suporte necessário para o desempenho da função designada pela professora de AEE, o que de certa forma inviabiliza a qualidade dos atendimentos que devem ser ofertados aos alunos da Educação Especial. Poker *et al.* (2013, p. 20) destacam que:

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) que ocorre nas Salas de Recursos Multifuncionais, em horário contrário ao da classe regular, tem por objetivo proporcionar às crianças um trabalho complementar específico, para que possam superar e/ou compensar as limitações causadas pelos seus comprometimentos sensoriais, físicos, intelectuais ou comportamentais, desenvolvendo e explorando ao máximo suas competências e habilidades.

Em consonância com o Manual de Orientação: Programa de Implantação Sala de Recursos (Brasil, 2010, p. 6):

A organização de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos alunos das classes comuns do ensino regular, onde se realizem atividades da parte diversificadas, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e

outros complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação nas escolas.

A sala de recursos multifuncionais constitui um direito aos alunos atendidos, pois é necessário promover as condições de acesso no ensino regular, não podendo esse atendimento substituir a escolarização, mas promover a participação e igualdade de aprendizagem através do atendimento especializado.

Porém, as salas de AEE, noturno, passa por diversas dificuldades estruturais e pedagógicas, pois não possuem recursos que contribuam para as intervenções a serem realizadas e nem um espaço adequado para os atendimentos. O público da EJA ainda possui dificuldades de atendimento com profissionais especializados, psicóloga, neurologista, psicopedagogo clínico para rastreio das possíveis deficiências e transtornos que possam ter, ficando assim vulneráveis aos atendimentos com os profissionais especializados para possíveis rastreios e diagnósticos. De acordo com o Manual de Orientação: Programa de Implantação Sala de Recursos (Brasil, 2010, p. 5):

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns da rede pública de ensino atende a necessidade histórica da educação brasileira, de promover as condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial no ensino regular, possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização.

Sem as tecnologias adequadas para cada aluno e sua respectiva deficiência não é possível atender as particularidades, ficando assim difícil promover a efetiva adaptação e acessibilidade necessária para cada caso atendido. As escolas que estão equipadas garantem mais oportunidades aos alunos atendidos, possibilitando avanços consideráveis para eles, o que contribui para o desenvolvimento da aprendizagem.

Em relação a professora C, constatou em sua fala que a maioria dos atendimentos encaminhados para a AEE são de caráter alfabetizador, O atendimento ao público da EJA na SRMF é organizado a partir das queixas do professor, em seguida é feita a anamnese com o aluno, pela professora do AEE, em seguida uma avaliação diagnóstica para rastrear as habilidades pré-acadêmicas e acadêmicas em que o aluno se encontra. Após a observação das habilidades que não foram alcançadas, é traçado um planejamento a fim de minimizar os prejuízos dos alunos que serão atendidos levando em consideração o currículo. É importante evidenciar que quando esse aluno não alcança o seu objetivo (ler, escrever), acaba ficando frustrado, pois sabe-se que muitas vezes não é porque não consegue, mas sim por conta do

possível diagnóstico desconhecido, falta de mediação se necessário, ausências de terapias e acompanhamentos psicopedagógicos clínicos.

A sala de AEE noturno tem perdido bastante a característica, passando a ser vista como sala de reforço escolar, pois a grande maioria dos jovens e adultos atendidos, não estão na série/idade e têm o desejo de aprender a ler e escrever para suprir suas necessidades básicas no dia a dia. A professora de AEE, apesar de não obter direcionamento especializado por parte dos profissionais que deveriam atender e diagnosticar os alunos, a partir dos atendimentos que vão sendo realizados, investe em jogos que contribuem efetivamente para o desenvolvimento da memória, atenção, funções executivas que são habilidades cognitivas que permitem controlar pensamentos, emoções e ações e que são essenciais para tomar decisões, resolver problemas, pensar de forma autônoma e viver em sociedade.

Mesmo diante do impasse com o público da EJA, há diálogo constante com os professores e são apresentadas as dificuldades observadas e avaliadas a fim de que todos consigam articular um trabalho efetivo para o avanço dos estudantes. São realizadas atividades e avaliações adaptadas com auxílio da professora de AEE para que o aluno avance a cada unidade. Mesmo sem recursos específicos disponíveis, a professora de AEE utiliza recursos próprios para jogos com fins interventivos, impressão colorida e plastificação de atividades pedagógicas específicas em casa para minimizar os prejuízos dos estudantes.

Ao serem questionadas a respeito da formação continuada individual de ambas, as entrevistadas assim responderam:

Professora A: Sim, estou sempre fazendo cursos de formação acadêmica, leituras informativas, simpósios, formações oferecidas pela instituição, como por exemplo, Secretaria de Educação, tendo esse apoio da Secretaria. Então, é tido sim, algumas formações acadêmicas para que possa atender esse público-alvo.

Professora B: Por ser mãe atípica, eu já estudo há muito tempo sobre autismo, comecei a trabalhar no AEE, eu intensifiquei esses estudos mais ainda. Eu entrei na segunda especialização e eu sou uma pessoa que vive pesquisando, então eu sempre estou lendo [...]. Então, eu estudo bastante.

Professora C: Desde a atuação há mais de 12 anos na Coordenação Pedagógica, tenho buscado leituras e pesquisas na área da inclusão para atender as demandas do trabalho. Faço muitos cursos on-line e participo de eventos e simpósios, oficinas, palestras, pesquisas diversas. Busco formação acadêmica na área na Universidade pública local, além de todas as formações ofertadas pela Secretaria de Educação.

Diante das respostas obtidas as professoras deixam claro a importância de buscar formação condizente para as suas práticas, tanto de cunho individual como as ofertadas pelo município. Assim, entendemos que o fazer pedagógico incide em buscar conhecer cada vez

mais o campo em que atua e assim favorecer aos que estão inseridos no contexto da educação especial.

[...] Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 11).

O exercício docente exige preparo e busca constante por formações de modo que a cada dia o professor esteja preparado para atuar de forma eficaz em sala de aula, frente às necessidades dos alunos, utilizando metodologias adequadas de ensino. Ao serem questionadas sobre o que achavam da presença de outros profissionais para dialogar sobre as reais demandas dos alunos atendidos pelas professoras de AEE nas salas de recursos multifuncionais, as pesquisadas responderam que:

Professora A: Considero importante, desde quando tenha prática pedagógica que vem a contribuir efetivamente dentro dos critérios metodológicos.

Professora B: É necessário sim que tenha uma parceria, com fonoaudiólogos, psicólogos, mas dentro da sala de recursos, eu acredito que, assim como a legislação prevê, é o professor especializado. No caso, o que seria ideal é a quantidade de alunos que seja ideal para a quantidade de professores, dividir a quantidade de alunos por professor. Então, eu tenho mais professores especializados na sala de AEE.

Professora C: Considero relevante a discussão dos casos de cada aluno com a equipe multidisciplinar, pois existem demandas que a professora de AEE não dá conta de resolver, pois são estritamente específicas e o acompanhamento dos demais profissionais serão importantes para que os alunos atendidos avancem nas áreas que comprometem o seu desempenho.

A respeito dos desafios vivenciados nas salas de AEE, as professoras responderam que:

Professora A: Um atendimento com parcerias, como, por exemplo, saúde, uma organização de espaço apropriado, prazeroso, com uma gestão participativa bastante coesa. É uma escola que precisa que os profissionais estejam capacitados para fazer valer a inclusão dentro do espaço escolar, porque ainda devido a alguns não esclarecimentos aos professores de sala regular, deixa a desejar muito essa prática do A.E. em sala de aula, ou então na escola, onde tem uma sala para um atendimento. Então, não é feita aquela sala apropriada, não temos recursos apropriados, trabalhamos muito, trabalhando com o que temos, com a boa vontade, com carinho, com os recursos que a gente tem, são disponibilizados para o atendimento com a criança.

Professora B: os principais desafios. Eu cito a dualidade entre saúde e educação. Muitos alunos que não têm diagnóstico, que não são atendidos por terapia, por psicólogo, por fundo, que precisam e não são atendidos porque a

fila é gigantesca, ainda estão na fila. Geralmente, os alunos que eu mandei para avaliação em 2023 estão sendo chamados agora em 2025. Então, a fila é muito grande, os pais muitas vezes não têm condições de pagar a terapia, fechar um laudo, fazer uso de medicação quando é necessário, nos casos mais graves. Então, essa dualidade entre saúde e educação, para mim, é muito difícil. Vários casos de alunos que tiveram que ser afastados por questões de saúde ocupacional também, que vai trabalhar essa questão da sensorial, que não tem na cidade, e atrapalha muito no ambiente escolar as questões sensoriais.

Professora C: Inicialmente falta uma sala adequada para os atendimentos, com os equipamentos e recursos para contribuir com os atendimentos e demandas particulares. A falta do diagnóstico dificulta a organização das particularidades que precisam ser reduzidas para o avanço dos alunos. A falta de engajamento docente também é um dificultador do processo. Sinto falta de outros profissionais especialmente no momento de levantamento das demandas e possíveis deficiências para dá suporte a professora de AEE.

O atendimento realizado na SRM, na maioria das vezes, não é suficiente, e a presença da equipe multidisciplinar, formada por um grupo de profissionais que atuam em áreas distintas com apenas um objetivo, o avanço dos alunos. Seria muito importante a presença de uma equipe multidisciplinar para contribuir com o desempenho dos estudantes.

Por sua vez, a LBI, Lei nº 13.146, de 2015, estabelece, em seu art. 2º:

§ 1º, que equipe multiprofissional e interdisciplinar realize, quando necessária, avaliação considerando: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação da pessoa com deficiência.

A atuação da equipe multidisciplinar no AEE é marcada pela troca de saberes e pela elaboração de estratégias personalizadas que atendam às demandas específicas de cada aluno. A diversidade de olhares e expertise dos profissionais envolvidos enriquece o trabalho pedagógico, possibilitando a identificação de potencialidades, a superação de desafios e o estabelecimento de metas que promovam o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Assim, a equipe multidisciplinar é de extrema relevância para a intervenção dos estudantes que são da Educação Especial. A escola ganharia e certamente os atendimentos educacionais especializados teriam mais apoio com os casos dos alunos que estão para além de apenas uma intervenção pedagógica. Como as escolas não contam com esse serviço da equipe multidisciplinar, os alunos podem ser encaminhados para os profissionais da equipe CAEE para atendimento com os profissionais disponíveis.

O atendimento educacional especializado e o desenvolvimento do sujeito

O Atendimento Educacional Especializado desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do sujeito com necessidades educacionais especiais, contribuindo de maneira significativa para sua aprendizagem, socialização e autonomia. Por meio de um atendimento personalizado e especializado, o AEE busca atender às demandas específicas de cada criança, considerando suas potencialidades e dificuldades, e promovendo um desenvolvimento global e equilibrado. Outro aspecto relevante é o estímulo à autonomia e à independência da pessoa, promovendo a construção de sua identidade e autoestima.

Ao serem questionadas acerca da função primordial do atendimento ofertado na sala de recursos, as professoras responderam:

Professora A: trabalhar as necessidades da criança com um olhar criterioso, que tem um atendimento específico de cada um, para cada um.

Professora B: [...] Tentar identificar quais são as barreiras, se é social, se é cognitiva, se é comportamental, e criar, procurar, pesquisar recursos que possam ajudar nesse processo e diminuir essas barreiras, para que ele possa cada vez mais estar incluído na escola. Na sala de aula, no ambiente escolar como um todo. Eu tenho, para mim, muito forte que eliminar as barreiras, ela inclui também a aprendizagem. Então, eu tenho muito isso comigo. Sim, a gente precisa treinar comportamento também e tudo. [...] Mas sempre focando na eliminação de barreiras, tanto para as questões sociais, de interação, mas também na parte pedagógica em si.

Professora C: A função do AEE é eliminar barreiras e buscar formas para que o estudante avance nas suas maiores dificuldades. Cada aluno chega com uma demanda e precisa ser atendido nas suas particularidades. No contexto, EJA, que os alunos estão misturados com idades entre 16 e 65 anos fica mais complexo para o professor de área da conta das demandas apresentadas, sobretudo pelo tempo de cada aula.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, na educação básica, a função dos centros de AEE é realizar:

- a) A oferta do atendimento educacional especializado – AEE, de forma não substitutiva à escolarização dos alunos público-alvo da educação especial, no contraturno do ensino regular;
- b) A organização e a disponibilização de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para atendimento às necessidades educacionais específicas destes alunos;
- c) A interface com as escolas de ensino regular, promovendo os apoios necessários que favoreçam a participação e aprendizagem dos alunos nas classes comuns, em igualdade de condições com os demais alunos.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, o atendimento ofertado nas escolas em que as pesquisadas atuam não atende os requisitos do turno em que os estudantes são atendidos, pois para atender a logística da família, na maioria das vezes, que não podem levar no turno oposto

em que estudam, são atendidos no mesmo turno que estudam, sendo retirados da sala de aula regular para ser atendimento na sala de recursos multifuncionais.

Ao responderem sobre os recursos disponíveis para os atendimentos nas salas de recursos multifuncionais, as professoras de AEE, assim relataram:

Professora A: Recurso para trabalhar com as diversidades inclusivas, espaço pequeno, falta de apoio profissional, multifuncional, como por exemplo saúde, fono, psicóloga, há um déficit grande para essas demandas devido às necessidades não serem atendidas por conta de faltar a equipe multifuncional dentro do âmbito escolar.

Professora B: Na sala em si, eu acredito que essa questão de mais profissionais que atendam a essa demanda, que é muito grande, né? Então, assim, se cada professor tivesse uma quantidade de alunos adequada, o atendimento seria melhor, né? Então, é essa questão aí de quantidade. Mas mais do que isso, e não é necessariamente para a sala do AEE, mas é uma coisa para mim que é impeditiva e que atrapalha, que poderia melhorar e otimizar.

Professora C: Os maiores desafios ao ser trabalhado com a EJA estão relacionados à falta de diagnóstico, falta de acompanhamento sistemático de profissionais específicos para ajudar nas demandas particulares. Outro desafio é o fato de já serem adultos, ou jovens inseridos no mercado de trabalho e que não entendem que precisam buscar ajuda profissional para conhecerem as demandas que dificultam o percurso de aprendizagem. Por serem adultos, quando sugerido a busca por um profissional, não vão, porque precisam trabalhar. Tem sido esse o maior desafio a noite, pois os alunos querem aprender, mas dependem de outros atendimentos especializados

Em relação ao campo de atuação das entrevistadas, ficou claro a falta de recursos materiais, infraestrutura e material humano. Embora os desafios sejam muitos, a professora de AEE da EJA perpassa pela via do acolhimento e cuidado, e observa que sua função está para além da intervenção pedagógica e assim atua de forma aguerrida lutando contra a marginalização dos estudantes da EJA, dando visibilidade aos alunos atendidos e que muitas vezes não conseguem o êxito almejado configurando assim, ainda mais, o alto índice de evasão, pois muitas vezes os alunos ressaltam eu “sou burro”, “eu não aprendo”, “eu vi ontem e não lembro mais”, dentre outras falas. As inquietações desses alunos fazem com que a professora de AEE busque estratégias para minimizar as lacunas com as quais convivem diariamente. Nesse sentido é que a professora de AEE se reinventa para dá apoio e palavras de estímulos para que os estudantes permaneçam firmes, com autoestima elevada e confiança para não desistirem dos estudos.

Os recursos da Sala de Recursos Multifuncionais são essenciais para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar. Essas salas são espaços equipados com materiais e tecnologias que visam atender às demandas específicas de cada aluno, respeitando suas diferenças e potencialidades.

Uma das principais contribuições do AEE para o desenvolvimento do estudante está na oferta de estratégias e recursos adequados às suas necessidades, permitindo que ela acesse o currículo escolar de maneira inclusiva e significativa. Dessa forma, o AEE colabora para o fortalecimento das habilidades cognitivas, socioemocionais, motoras e comunicativas da criança, favorecendo um aprendizado mais eficaz e satisfatório. Segundo Sousa (2003, p. 3):

Um ambiente educativo multimediatizado, no qual a criança é situada em um contexto de aprendizagem delimitado por uma série de atividades lúdicas pedagógicas voltadas para sua estimulação no sentido amplo do termo e que não se restringem ao uso do computador como meio de comunicação pedagógica.

Os recursos das SRM são fundamentais para promover a inclusão e oferecer suporte adequado aos alunos com deficiência. Esses recursos incluem materiais didáticos adaptados, equipamentos específicos, tecnologias assistivas, jogos pedagógicos, entre outros. A importância desses recursos está justamente em proporcionar condições para que os alunos com necessidades especiais possam desenvolver seu potencial, aprender de forma significativa e participar ativamente das atividades escolares.

A respeito da quantidade de alunos e duração dos atendimentos, assim responderam:

Professora A: Atendo um número extenso de crianças, público-alvo, que eu tenho um total de 12, sendo atendidos coletivamente. É quase que impossível se trabalhar, porém é montado um horário que atenda as necessidades intelectuais, como, por exemplo, os DI's são trabalhados juntos, coletivos, e o TEA, o atendimento é individual.

Professora B: A duração é 50 minutos, uma hora aula, porque eu trabalho no contexto do fundamental 2, e agora estou iniciando o processo no ensino médio, mas ainda não iniciei os atendimentos no ensino médio. Inicialmente eu atendo individual, mas a maioria dos atendimentos é em dupla, em trio ou até grupo de quatro. Por conta da demanda, a quantidade de alunos, né? Para que eles possam ter pelo menos dois a três atendimentos por semana. Aí vai depender também da necessidade de cada um. É no mínimo dois, mas eu já cheguei a atender até quatro vezes na semana, dependendo da necessidade do aluno.

Professora C: Hoje, 25 estudantes são atendidos na sala de AEE, porém a maioria é por não está alfabetizado, mas com suspeição diagnóstica pela realidade familiar e deficiências dos filhos, conforme discutido na triagem com os alunos. Esses são atendidos coletivamente, uma vez que pretendem aprender a ler. Outros alunos são atendidos individualmente, ou duplas e trios. É feito um horário para cada grupo, ou estudante. Num atendimento trabalho a base fonética e alfabeto, etc. Em outro atendimento utilizo jogos para desenvolver as funções executivas. O atendimento é de 50 min por estudante, e ou grupos com tempo maior, compatível com a quantidade que é atendido no dia.

Os estudantes são atendidos coletivamente conforme o diagnóstico ou suspeição diagnóstica, o interessante que fosse personalizado, mas conforme legislação podem ser

agrupados conforme necessidades, uma vez que não interfira no processo de evolução dos alunos. Diante das respostas apresentadas, as professoras de AEE, para otimizarem o tempo de atendimento, atendem várias crianças por vez conforme deficiências apresentadas.

Sobre o diálogo com a professora da sala regular, as professoras responderam que:

Professora A: toda vez que se faz necessário a troca de informações. Essa interligação com o professor de sala regular é quando se há necessidade de falar e trocar algumas informações. Não é todo dia, nem todo instante, é quando é necessário.

Professora B: Como já citei, são nove professores, em média, por aluno. Então, no contexto do Fundamental II, é ainda mais desafiador nessa questão. Mas eu tenho uma forma de trabalhar que é chamada de co-ensino, que é o ensino colaborativo. [...] Então, é sempre em forma de colaborativa. tanto com os profissionais de apoio quanto com os professores de sala de aula regular. Claro que nem todos os professores são dispostos à inclusão, mas os que são, cada vez mais tem professores se levantando para essa realidade, mas os que são eu trabalho sempre de forma colaborativa.

Professora C: O diálogo com a professora da sala regular ocorre toda vez que preciso falar sobre determinado aluno atendido, mas ainda assim não existe um momento específico para dialogar. OS professores regulares apresentam bastante dificuldade no acompanhamento dos alunos, mas também percebo que não se esforçam em querer ajudar os alunos, considerando que seja apenas responsabilidade da professora de AEE.

A relação entre a professora da sala regular e a professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) é de extrema importância para garantir a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Essas duas profissionais desempenham papéis complementares no processo educacional, e a colaboração entre elas é essencial para promover uma educação de qualidade e inclusiva.

Os desafios das professoras de AEE frente à construção e execução do PEI

O trabalho das professoras de Atendimento Educacional Especializado envolve diversos desafios na construção e execução do Plano Educacional Individualizado (PEI) para atender de forma assertiva e dialogada às reais necessidades dos estudantes com deficiência. Alguns dos desafios comuns enfrentados pelas professoras de AEE nesse contexto incluem: conhecimento e formação, pois a falta de formação específica em elaboração e execução do PEI pode dificultar o trabalho das professoras de AEE, tornando essencial investir em capacitações e atualizações profissionais.

Ao serem questionadas sobre a organização do PEI nas instituições de Ensino, assim responderam:

Professora A: Com o suporte de coordenação e professor de sala regular e complementação da participação do AEE. Então, sentamos para que haja um suporte específico para cada um.

Professora B: No município a gente faz o PDI, né, que é muito parecido com o PEI, né, mas ele é mais abrangente. E aí, como o fundamental 2, né, tem essa questão desafiadora da hora-aula, né, do tempo que o professor passa em sala de aula, que é mais restrito. várias turmas por cada professor, então, assim, nós acabamos dando um suporte muito maior, né, do que deveríamos até, porque o PEI, ele era para ser feito, né, com apoio da coordenação, dos professores regulares, né, principalmente, e o AEE dando suporte, mas nós acabamos fazendo a maior parte, por conta dessa questão, dessa demanda, né, de muitos alunos na escola, nós estamos com 60 alunos.

Professora C: A realidade da EJA é muito similar com a realidade das escolas de Ensino Médio, pois pelo fato dos professores serem horistas, acabam dificultando a elaboração do PEI dos alunos que precisam desse documento. Independente de tempo, deveria ser construído com o apoio da equipe gestora, família, professora de AEE e demais profissionais envolvidos nos atendimentos dos alunos. Normalmente é construído por mim, pautado nas observações e atendimentos realizados na sala de AEE. Eu elaboro, sem um diagnóstico preciso, mas pautado apenas nas observações e registros acerca de cada estudante atendido.

Embora todas as professoras participantes da pesquisa tenham entendimento acerca da construção do PEI e compreendem que é um documento norteador do trabalho para a sala de aula regular e para os atendimentos na Sala de Recursos, nota-se que não existe um alinhamento para elaboração dele, ficando assim as professoras de AEE com a responsabilidade de elaborar sozinha e organizar toda a parte burocrática que embasa o documento. Mesmo sabendo que não é o adequado, opta-se em fazer porque não é disponibilizado tempo extra para elaboração coletiva com os profissionais da escola e demais que atendem os estudantes.

A Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), no artigo 3º do parágrafo VI é explícita que são necessárias:

[...] adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades, com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

Todo aluno com alguma deficiência precisa ter o PEI elaborado para nortear o trabalho dos professores nas salas regulares, pois o Plano de Ensino Individualizado é um instrumento pensado para todos os alunos como uma ferramenta que organiza as metas, os objetivos de trabalho a partir das necessidades específicas desse aluno e que pode ajudar o professor a pensar nessas estratégias e todas outras agentes pedagógicas que convivem com esse aluno sendo então mais do que um documento (Pereira; Nunes, 2022).

A integração e colaboração com os demais profissionais da escola, incluindo os professores da sala regular, são essenciais para garantir o alinhamento do PEI com as práticas pedagógicas e os objetivos educacionais da escola. A construção do PEI ainda está distante da realidade das escolas municipais, pois conforme observado ainda não contempla a realidade municipal por dificuldade relacionada ao tempo disponível para planejar, discutir as necessidades de cada aluno atendido na sala de AEE.

Ao serem questionadas sobre o atendimento dos alunos conforme as demandas particulares de cada estudante atendido, e assim responderam que:

Professora A: Nem sempre, principalmente quando me deparo com dificuldades. A gente não pode atuar clinicamente, até porque cada criança tem a sua situação que compete a outros órgãos. E aí, quando isso acontece, a gente entra em contato com alguém da Secretaria de Educação, até mesmo do CAEE, para informar sobre essas necessidades que a criança precisa.

Professora B: Cada aluno tem várias demandas, então a gente não consegue atingir todas as demandas de todos os alunos, né? Mas alguma coisa a gente consegue. A gente não consegue todas as demandas de todos os alunos por conta da quantidade, né? São muitos alunos para atendimento, então a gente, não consegue, muitas vezes, atingir todas as demandas, mas a gente consegue, sim, em grande maioria, atender às individualidades desses alunos, né, nem que seja em alguma área, mas a gente sempre, a gente consegue na grande maioria das vezes.

Professora C: Não é possível atender as demandas dos alunos na totalidade, pois a maioria são analfabetos funcionais e por mais que utilize estratégias diversificadas, as dificuldades estão para além. Alguns alunos, mesmo tendo parado de estudar há 35 anos, é possível ajudar a avançar. Outros jovens, que repetiram muitos anos seguidos no diurno são matriculados no noturno, apresentando muitas dificuldades de aprendizagem. Os alunos da EJA possuem particularidades e demandas diferentes, pois por serem adultos ou jovens que exercem um trabalho laboral, não buscam profissionais para compreenderem as demandas que dificultam a aprendizagem. O que tenho para subsidiar a minha prática são suspeições diagnósticas, e, normalmente um aluno apresenta laudo.

A partir da discussão das professoras acerca das demandas particulares e o atendimento educacional especializado, é possível observar que são muitas demandas e apenas as intervenções realizadas na sala de AEE não dão conta para resolver. Outras questões relacionadas à vida estudantil, acompanhamento profissional especializado, acompanhamento da família, fariam a diferença no percurso da aprendizagem dos estudantes.

Os alunos da EJA em especial apresentam ainda mais dificuldades e a professora de AEE não tem muito apoio para que os atendimentos sejam mais efetivos. Além das dificuldades dos estudantes, a falta de acompanhamento profissional especializado, bem como ausência de uma sala adequada para os atendimentos dificultam ainda mais o avanço dos nossos estudantes.

Considerações Finais

Esta pesquisa apontou que ainda existem muitas dificuldades encontradas pelas professoras no que se refere aos desafios nas salas de recursos multifuncionais para atender as demandas educacionais de alunos da educação especial no município de Itapetinga-BA.

Dentre os principais desafios observados, verifica-se uma lacuna entre a equipe multiprofissional, a qual inviabiliza um suporte que é de fundamental importância para a atuação mais eficaz e diretiva, visto que os professores de AEE não dão conta de todas as particularidades do aluno e percebe-se ainda a carência em materiais adaptados e espaço físico satisfatório. Nos relatos obtidos, observa-se que há a necessidade de uma parceria mais ativa entre saúde e educação caminhando no mesmo propósito assim como formação continuada para estes profissionais, visto que as que são ofertadas não são suficientes. Isto contribui para que seja um exercício precarizado, que segue defasado e trazendo sensação de angústia para as professoras, que se esforçam o quanto podem para desempenhar suas atividades com maestria, sem que o seu aluno saia prejudicado, mesmo sabendo que ainda é insuficiente, pois há demandas que dependem de outros profissionais da equipe multidisciplinar que não faz parte dos atendimentos nas SRM.

Visto que estes desafios não compreende uma realidade local, que infelizmente é mais abrangente em nível nacional, percebemos que de modo geral as professoras de AEE driblam a situação que enfrentam diariamente e pode-se afirmar que a impotência da maior parte delas ainda é demonstrada de modo criativo, permitindo que a capacidade inventiva destas docentes permaneça presente e personifique seus modos de resistência aos constrangimentos de suas tarefas, corroborando com estudos encontrados por Figueiredo e Silva (2022).

Contudo, mediante aos dados encontrados na pesquisa, conclui-se que a atuação do professor de AEE carece de forma urgente de atenção, onde as mesmas precisam ser ouvidas no coletivo a fim de se ter conhecimento de suas reais necessidades e assim poder encontrar soluções que sanem - ou ao menos amenizem - a problemática que enfrentam e permitir a estes profissionais um exercício digno com recursos necessários à sua prática, e, deste modo, fazer valer a educação especial no município incluindo os alunos da educação especial/inclusiva tendo seus direitos educacionais assegurados e que assim lhes propicie aprendizagem significativas e autonomia para desempenharem suas atividades e necessidades individuais.

Referências



ANJOS, Isa Regina Santos dos. O Atendimento Educacional Especializado em salas de recursos. **ITABAIANA: GEPIADDE**, Ano 5, v. 9, p. 1-11, jan./ jun., 2011.

BONDEZAN, Andreia Nakamura. O atendimento educacional especializado: o que dizem as professoras das salas regulares? **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Instituí A Lei Brasileira De Inclusão Da Pessoa Com Deficiência (Estatuto Da Pessoa Com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado**. Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. Brasília: DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília: MEC/SE/SEESP, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FIGUEIREDO, Séfora Lima de; SILVA, Edil Ferreira da. Desafios do Fazer Docente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 1-14, 2022.

GADOTI, Moacir. **Reinventando Paulo Freire no Séc. 21**. São Paulo: Livraria e Instituto Paulo Freire, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas. 2002.

OLIVEIRA, Denise Alves; GOTTI, Cláudia Maffini, DUTRA, Cláudia Pereira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PASIAN, Mara Silva; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. Salas de Recursos Multifuncionais: revisão de artigos científicos. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 3, p. 213-225, 2014.

PEREIRA, Débora Mara; NUNES, Débora Regina de Paula. Diretrizes para a elaboração do pei como instrumento de avaliação para educando com autismo: um estudo interventivo. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 63, p. 939-960, out./dez., 2018.

POKER, Rosimar Bortolini *et al.* **Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **A Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

SILVA, Daniel Nascimento Gomes da. A formação de professores para o atendimento educacional especializado – AEE. **Saberes Docentes em ação**. v. 7, n. 1, p. 34-45, 2023.

SOUSA, Amaralina Miranda. A informática educativa na educação especial. Software educativo Hercules e Jiló. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 233-248, jul./dez. 2003.

SOBRE OS AUTORES

Heloisa Silva Paiva. Pedagoga pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora de AEE na rede municipal de ensino. Coordenadora Pedagógica da rede privada de ensino de Itapetinga. Especialista Educação Infantil – UESB. Pós-Graduanda em Educação Especial e AEE pela UESB. <https://lattes.cnpq.br/7224388872432714>

Jeanderson de Jesus Albuquerque. Bacharel em Fonoaudiologia pela Unijorge. Fonoaudiólogo do CAEE e CER II /APAE Itapetinga. Licenciando em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pós-Graduando em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pelo IFBaiano. <http://lattes.cnpq.br/7614866735703915>

Cristina Silva dos Santos. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduada em Pedagogia pela UESC, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá e Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. <http://lattes.cnpq.br/2740279706980366>

Como citar

PAIVA, Heloisa Silva; ALBUQUERQUE, Jeanderson de Jesus; SANTOS, Cristina Silva dos. Atendimento Educacional Especializado: desafios das professoras das Salas de Recursos Multifuncionais. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 6, n. 13, p. 1-25, jan./dez., 2025